

### PLANO PEDAGÓGICO

|   |                                  |
|---|----------------------------------|
| <b>EVENTO:</b> 1ª Edição dos Diálogos Plurais: A Lei Maria da Penha e a Mulher Indígena   |                                  |
| <b>MODALIDADE:</b> EAD  | <b>CARGA HORÁRIA TOTAL:</b> 2h/a |
| <b>PALESTRANTE:</b><br><p>Selma Regina Souza Martins - Promotora de Justiça (MPMA) de Defesa da Mulher Titular da 22ª Promotoria de Justiça especializada de Defesa da Mulher;</p> <p>Maria Judite da Silva Ballerio “Kari” Guajajara - Advogada indígena, Mestra em Direito, Estado e Constituição pelo Programa de Pós Graduação em Direito pela Universidade de Brasília (UnB - 2018) com pesquisa com o tema "Mulheres Indígenas: Gênero, Etnia e Cárcere". Secretária-Adjunta de Estado da Mulher do Maranhão. Advogada da Rede de Advogados Indígenas do Brasil como assessora da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira;</p> <p>Rosa Eliana Torres (PromotTremembé - Liderança indígena do povo Tremembé, ativista da causa indígena, integrante da articulação da TEIA indígena e Comunidades Tradicionais do Maranhão. Educadora Popular. Mestre em Cartografia Social e Política da Amazônia (UEMA)</p> <b>MEDIADORA</b><br>Dra. Karla Adriana Holanda Farias Vieira - Promotora de Justiça e Diretora da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão (ESMP/MA). |                                  |

|  |   |  |
|--|---|--|
| <b>UNIDADE (Órgão solicitante/participantes)</b><br><ol style="list-style-type: none"><li>1. MPMA;</li><li>2. CCMP - Centro Cultural do Ministério Público;</li><li>3. ESMP.</li></ol> |   |  |
| <b>Local do Evento:</b><br>Transmissão no canal da Escola Superior do Ministério Público no YouTube.   | <b>Público Alvo/Vagas</b><br>Membros, servidores e estagiários do MPMA e público externo, mediante inscrição. | <b>Data:</b><br>03 de setembro de 2020<br>Das 10:00 às 12:00 horas |



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO - MPMA  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA - PGJ  
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ESMP



**PLANO PEDAGÓGICO**

**EMENTA**

A Lei Maria da Penha, sancionada em 7 de agosto de 2006, cria mecanismos para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher em conformidade com a Constituição Federal (art. 226, § 8º) e tratados internacionais ratificados pelo Estado brasileiro. A mulher indígena vítima de violência doméstica apresenta grande estado de vulnerabilidade, pois costuma lidar ainda com outros obstáculos - além dos que já são vivenciados pelas mulheres que sofrem violência doméstica no geral - como a precariedade de acesso acerca dos seus direitos, o enfrentamento de dificuldades para deslocar-se até os pontos de denúncia e, até mesmo questões de barreira idiomática, pois muitas não falam português com fluência. Considerando isto, a 1ª Edição dos Diálogos Plurais visará promover discussões a respeito dessa temática, buscando inteirar as mulheres indígenas dos seus direitos.

**METODOLOGIA**

O evento ocorrerá por meio de transmissão no canal da Escola Superior do Ministério Público no YouTube, e poderá ser acessada via dispositivos móveis ou computador, e terá a previsão de 2h de duração, o link para acesso à sala virtual será encaminhado no dia do evento para os inscritos.

**PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO**

- Participação em sala virtual;
- Responder Questionário de Avaliação do evento.